

# Bolsa Família começa no dia 20 em mais de mil municípios

São Francisco de Itabapoana é a única cidade do Estado do Rio na lista

Lisandra Paraguassú

• BRASÍLIA. O programa Bolsa Família, que unificará as ações sociais do governo federal, deverá começar no dia 20, em 1.233 municípios e já atendendo a 920 mil famílias. As contas foram feitas na semana passada pelos técnicos do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar, a partir do cadastro do programa Cartão-Alimentação, que será a base para a seleção das famílias. Eles identificaram 895.017 famílias que têm renda inferior a R\$ 50 per capita.

O estado que terá o maior número de municípios beneficiados no lançamento do programa é a Bahia, com 238 cidades. Também lá está o maior número de famílias identificadas até agora, 197.206. Depois vem a Paraíba, com 164 cidades e 90.404 famílias.

Canindé, no Ceará, é a cidade com o maior número de famílias selecionadas. São 5.761 em uma população de 70 mil pessoas. Canindé figura entre os 1.500 municípios com mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país.

No Rio de Janeiro, apenas um município está na lista inicial. São Francisco de Itabapoana, com 41 mil habitantes, tem 39 famílias que se enquadram nos quesitos do programa. O município tem o segundo pior IDH do estado e o 3.178º do país (0,688).

## Comitês gestores listaram famílias

• O Bolsa Família, que vai reunir os programas Cartão-Alimentação, Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Vale-Gás, beneficiará famílias com renda de até R\$ 50 per capita, dando a elas uma base de R\$ 50, mais R\$ 15 por filho de até 15 anos, até um máximo de R\$ 45. Para selecionar essas pessoas, o governo federal começou usando o cadastro do Cartão-Alimentação, que já havia sido revisado. Em todas as cidades onde o programa funciona, os comitês gestores verificaram cada uma das famílias listadas e excluíram as que não se enquadravam nos parâmetros do programa.

No entanto, uma adequação precisou ser feita. No Cartão-Alimentação, a renda para participar do programa é de R\$ 90 per capita. Como a renda no Bolsa Família é de R\$ 50 per capita, foi feita uma revisão. Mesmo assim, 86% das famílias que estão hoje no Cartão-Alimentação se enquadram nos novos parâmetros.

Para selecionar as famílias beneficiadas nessas regiões o governo deve usar como base os cadastros dos programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, mas aproveitando as estruturas de estados e municípios para fazer uma revisão. Até o fim do ano, no entanto, o próprio Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar deverá ampliar seu cadastro. Há municípios no Rio de Janeiro, em São Paulo e no entorno do Distrito Federal que já estão com a seleção das famílias em fase final. ■

## Famílias atendidas por estado



Fonte: Ministério da Segurança Alimentar

## Em Itabapoana, 44% vivem na miséria

Município mais pobre do Rio de Janeiro sofre com as secas

Genilson Peçanha/Folha da Manhã/2-5-03

• A 300 quilômetros do Rio de Janeiro, o município de São Francisco do Itabapoana, no Norte do estado, é quase um enclave nordestino em território fluminense. Assolado pela seca e a decadência econômica, é o mais pobre do estado. O estudo "Mapa da Fome II", divulgado este ano pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas e pela Ação da Cidadania contra a Fome, mostrou que a miséria atinge 43,8% da população. O estudo cita moradores, como dona Salvadora, que raramente têm o que comer.

Emancipado nos anos 90 (era distrito de São João da Barra), São Francisco de Itabapoana tem 41 mil moradores (Censo de 2000), a maioria na área rural. Do total, 25,5 mil são alfabetizados (77% da população de mais de 10 anos). O município tem 11,6 mil domicílios, mas só 47 têm banheiro e rede de esgotos.



O "MAPA DA FOME" mostrou d. Salvadora com as panelas vazias

Segundo o IBGE, a rede de água abrange número bem maior: 2.756 domicílios, enquanto 4.100 têm coleta regular de lixo. O município tem um único hospital e 43 leitos, 81 estabelecimentos de ensino fundamental e em 1998 registrava 1.221 pessoas trabalhando. Em 2000 recebeu R\$ 3,1 milhões do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

## Fome Zero: gestão custa R\$ 35 milhões

Gastos com administração chegam a 17,86% do orçamento do programa

Bernardo de la Peña

• BRASÍLIA. O governo gastou R\$ 35,072 milhões com pagamento de pessoal, despesas de viagens, compra de material e gastos com treinamento do programa Fome Zero. Os recursos representam 17,86% dos R\$ 196,372 milhões de despesas pagas até outubro. Diretamente no combate à fome foram investidos R\$ 161,3 milhões.

Parte de um levantamento feito pelo PSDB no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), o percentual é considerado alto pelo deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ), autor do trabalho. Para o tucano, o razoável seria que o custo operacional do programa variasse em torno de 5% dos investimentos do governo.

— É óbvio que são necessários gastos com atividade meio (operação) e quanto mais capacitadas são as pessoas, melhor, mas não podemos gastar quase 20% dos recursos do programa

alimentando pessoas que não estão com tanta fome assim. Uma construtora não cobra mais do que 5% pela administração do projeto — afirma Paes.

### Administração deve custar, em média, 7% do total

O governo admite que o custo operacional está alto. Segundo a assessoria do Ministério Especial da Segurança Alimentar, a administração do programa deve custar, em média, 7% do total investido ao final dos quatro anos de governo. Os técnicos explicam, porém, que, como está no começo, são necessários mais gastos, por exemplo, com o treinamento de pessoal e para enviar gente ao semi-árido, um dos lugares em que estão sendo formados os comitês gestores do Fome Zero. Os custos, dizem, serão diluídos com o passar do tempo até chegar ao percentual de 7% no fim do governo.

Segundo o levantamento, a maior parte dos gastos operacionais até agora — 16,87% ou

R\$ 33,125 milhões — referem-se ao convênio firmado pelo governo com a Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (Unesco) para treinamento de pessoal e montagem das estruturas do programa nos municípios.

Para o diretor do Departamento de Estudo e Pesquisas Econômicas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Faldini, embora seja administrado com as melhores intenções, o programa ainda não corresponde às expectativas da sociedade.

— Tenho a impressão que a máquina do governo ainda não conhece os caminhos para reduzir os custos e as regras do jogo. Isso deve melhorar com o tempo — afirma o empresário.

O governo repassa os recursos à entidade que contrata a mão-de-obra. Em despesas com pessoal, entre civis e militares, foram gastos R\$ 320 mil. Com passagens e locomoção, o custo foi de R\$ 432 mil. ■